



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2014.0000317885**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0014931-68.2011.8.26.0019, da Comarca de Americana, em que é apelante TELEFONICA BRASIL S/A, é apelado RUBENS EDUARDO GIMENES (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento em parte ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores VITO GUGLIELMI (Presidente sem voto), FRANCISCO LOUREIRO E EDUARDO SÁ PINTO SANDEVILLE.

São Paulo, 28 de maio de 2014.

**Ana Lucia Romanhole Martucci**  
**relator**

Assinatura Eletrônica

**Voto nº1910**

**Apelação 0014931-68.2011.8.26.0019**

**Comarca: Americana**

**Apelante: Telefonica Brasil S/A**

**Apelado: Rubens Eduardo Gimenes**

**Juiz prolator da sentença: Elói Estevão Trolly**

**INDENIZAÇÃO. DANO MORAIS E MATERIAIS.**

**Fato do serviço. Condutor de motocicleta acidentou-se ao se enroscar em cabo telefônico frouxe que cruzava a via. Hipótese de consumidor por equiparação, nos termos do art. 17 do CDC. Prova oral que confirmou que o fio causador do acidente era de propriedade da ré. Demandada que não demonstrou não ser este o caso. Reconhecida a inversão do ônus da prova. Danos morais configurados. Susto do consumidor que, de sobressalto viu-se envolvido em acidente motociclístico. Autor, ainda, suportou inúmeras escoriações por todo o corpo. Contudo, as lesões foram de natureza leve. Quantum indenizatório por danos morais que comporta redução para R\$5.000,00. Danos materiais relativos às avarias no veículo, conforme documento nos autos. Sentença mantida neste ponto. Recurso parcialmente provido.**

Trata-se de pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente motociclístico ocasionado por fato do serviço, julgado parcialmente procedente pela respeitável sentença de fls. 137/141, cujo relatório se

adota, para condenar a ré a pagar ao autor R\$2.000,00, a título de indenização por danos materiais, e R\$10.000,00 por danos morais.

Apela a ré, sustentando, em síntese, que seria hipótese de responsabilidade objetiva; que a relação entre as partes não é de consumo; que a demonstração de culpa da apelante era ônus do apelado; que os documentos trazidos aos autos foram produzidos unilateralmente; que não se demonstrou que a fiação era da rede telefônica; que o apelado não comprovou o alegado dano; que tampouco se demonstrou haver nexo causal; e que o *quantum* indenizatório, além de indevido foi fixado em patamar elevado e comporta redução.

Requer seja o recurso conhecido e provido ao fim de ver reformada a respeitável sentença guerreada com o julgamento de improcedência do pedido. Subsidiariamente requer seja reduzido o valor da indenização por danos morais.

Houve resposta (fls. 175/177).

**É o relatório.**

***O recurso é de ser provido em parte.***

Pelo o que consta dos autos, o autor trafegava regularmente em sua motocicleta, já após o anoitecer, quando foi surpreendido por fio telefônico que, frouxo, cruzava a via atingindo-o na altura do pescoço e derrubando-o do veículo, pelo o que experimentou ferimentos leves, sendo que leves também foram as avarias na moto, tudo conforme se extrai das fotografias de fls. 17/40 e demais documento que instruíram a inicial.

À hipótese aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, pela equiparação do terceiro prejudicado pela relação de consumo da qual não fez parte, por força do art. 17 do código consumerista, *in verbis*: *Para os*

*efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.*

Sobre o tema, são as lições de ZELMO DENARI:

*Com bastante frequência, os danos causados por vícios de qualidade dos bens ou dos serviços não afetam somente o consumidor, mas terceiros, estranhos à relação jurídica de consumo.*

*Entre os exemplos mais sugestivos de propagação dos danos materiais ou pessoais, lembramos as hipóteses de acidentes de trânsito, do uso de agrotóxicos ou fertilizantes, com a consequente contaminação dos rios, ou da construção civil, quando há comprometimento dos prédios vizinhos. Em todos esses casos, o Código assegura o ressarcimento dos danos causados a terceiros que, para todos os efeitos legais, se equiparam aos consumidores.*

*Como se decalca, em duas oportunidades distintas o Código se preocupa com “terceiros”, nas relações de consumo: no inc. III, §3º, do art. 12, quando alude à culpa de terceiros, como causa excludente da responsabilidade do fornecedor, e nesta passagem, para disciplinamento da responsabilidade perante terceiros, protegendo os denominados bystanders, vale dizer, aquelas pessoas estranhas à relação de consumo, mas que sofreram prejuízo em razão dos defeitos intrínsecos ou extrínsecos do produto ou serviço (Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto / Ada Pellegrine Grinover... [et al.]. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 – pag. 199) (realces não originais).*

E, nos termos do mesmo diploma legal, o serviço será defeituoso quando não fornecer a segurança que dele se poderia esperar. É o que ocorre no caso em testilha: o consumidor vinha conduzindo sua motocicleta, em velocidade, em horário em que a luminosidade já se encontrava reduzida, situação na qual, certamente, não seria razoável esperar o desprendimento de um cabo telefônico, à altura do pescoço do condutor, provocando acidente que lhe ocasionou inúmeras escoriações pelo corpo e avarias no veículo.

De fato, não há como se afastar para o caso *sub judice*, a

ocorrência do fato do serviço para situação que colocou em risco todos aqueles que trafegavam em via pública. Anote-se, ainda: estivesse o autor trafegando em velocidade superior, poderia ter experimentado ferimentos mais graves; e estivesse a via movimentada, o acidente poderia ter colocado em risco outros transeuntes.

Vale lembrar, embora à espécie se aplique a responsabilidade objetiva, tal não impõe ao fornecedor a causalidade pura; antes, permite-lhe isentar-se da responsabilidade pelas excludentes do artigo 14, §3º, do Código de Defesa do consumidor (*O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro*).

A propósito, leciona **CLAUDIO LUIZ BUENO DE GODOY** que as eximentes da responsabilidade objetiva são um *imperativo de equilíbrio e de boa-fé, não se concebendo, ainda que o sistema seja protetivo do consumidor, que se carregue ao fornecedor a responsabilidade por danos cuja causa não lhe possa ser atribuída. Ou seja, as circunstâncias excludentes referem-se, basicamente, à inexistência de causalidade entre o fornecimento do produto ou do serviço e o dano experimentado pela vítima (Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. Regina Beatriz Tavares da Silva (coord.). São Paulo. Saraiva. 2009, p. 159)*.

No caso em apreço, todavia, a responsabilidade da ré é manifesta, uma vez que *Sua obrigação é de manter a rede telefônica dentro do padrão normal e de segurança para que não haja acidente de ruptura ou queda dos fios mesmo diante de chuvas e ventos, ressalvada a ação física de agentes ou objetos externos (por exemplo, veículo de altura excessiva, queda de avião), hipótese que não ocorreu no presente caso nem foi alegado em defesa*.

*A culpa exclusiva atribuída ao autor pela ré não tem amparo fático algum, pois, além de não ter ficado provado sua imprudência ou imperícia, a fator desencadeador da queda foi a ação do fio de telefone contra o pescoço do autor, que, além de ferida, perdeu o equilíbrio. Não haveria possibilidade física de a forma de condução da motocicleta servir de causa exclusiva ou concorrente do*

*acidente. Ao contrário, o fato de as lesões corporais terem sido leves indica que ele não transitava em velocidade excessiva. E a queda ou ação de um fio não se enquadra no fato previsível ao motorista médio e cauteloso (sentença apelada, às fls. 139).*

Em que pese o alegado pela ré apelante de que não comprovados os fatos, os ferimentos sofridos pelo autor são condizentes com o narrado e, mais que isso, o machucado no pescoço da vítima consiste em marca que, de fato, deixaria um fio de telefone, tivesse causado o acidente nos termos em que descrito na inicial.

Por outro lado, constou do Boletim de Ocorrência da Guarda Municipal de Americana: *Por solicitação via controle, esta equipe deslocou-se no local citado no anverso por onde que a parte 01 informou que transitava com o veículo moto citado acima pela via quando se deparou com um fio de telefone que estava solto pela via na altura de “meio peito” vindo este a enroscar no seu pescoço derrubando-o da moto causando-lhe um ferimento no pescoço e escoriações no corpo e na mão, a moto sofreu danos leves. A parte 02 presenciou o fato e esta equipe ao chegar pelo local retirou o fio da via para que não houvesse mais acidentes. Os fatos foram apresentados pelo plantão policial (relatório do Guarda Municipal, às fls. 13v.).*

Também os prejuízos restaram cabalmente demonstrados pelas fotos que instruíram a inicial, bem como pelo laudo de fls. 15, os depoimentos dos guardas que atenderam a ocorrência, a oitiva das testemunhas e os orçamentos de fls. 40/41, no que tange, particularmente, às avarias do veículo.

As testemunhas também corroboram a versão dos fatos do autor: *Atendi a ocorrência logo após que aconteceu (...). Quando chegamos lá, a vítima já tinha se levantado ao solo, porém ela tava (sic) com escoriações no pescoço, nas mãos, em algumas partes do corpo. A moto dela tinha sofrido alguns danos e o fio ainda estava no local, solto, no meio da via.*

Já a testemunha Cláudio elucida que *Era o fio da Telefônica mesmo, que a gente amarrou, inclusive, o fio ao posto para não causar outro acidente. (...) Não tinha corrente de energia elétrica, o fio era fino, ia nesses caixinhas que dão saída para as residências. (...) **Eu sei que é fio de telefone porque atendi outras ocorrências.** Geralmente, quando acontece acidente, que passa o caminhão, algum container, alguma coisa que quebra, geralmente é fio de telefone, não sei o motivo, que fica mais baixo que o fio de energia. Já não é a primeira vez que atendi isso aí, não é a primeira ocorrência. Ai eu peguei esse fio e amarrei lá. Não é um fio flexível, dentro dele tem uns fiozinhos fininho, acho que é azul e branco, não me recordo bem a cor. E sobe - eu amarrei ele no poste-, sobe naquelas caixinhas, como se fosse... uma bolsinha, vai, que fica no poste.*

Esta testemunha foi indagada Excelência, pela ordem, para constar, responder sim ou não, se ele tem conhecimento técnico de cabos de telefonia, internet e energia elétrica?, ao que respondeu: **Já trabalhei como eletricista**, né? Não para Telefônica ou à NET, mas lá no caso, nessa ocasião, o cabo era da Telefônica; pelo que o magistrado o questionou: Então o senhor tem conhecimento técnico? Sim, ué, não técnico, mas **conheço de fio de telefone porque já utilizei**, é um fio muito fino, já utilizei pra residência mesmo, já aconteceu de pedir pra ligação lá na minha casa ou ele encharca e já aconteceu de ter de comprar fio de telefone (...).

Ainda, Cláudio afirma que *Eu tenho 10 anos de Guarda Municipal, sempre que eu atendi, aconteceu já da gente cortar o fio – porque não tem um telefone 0800 que a gente liga, a gente pede alguma empresa no local, geralmente Telefônica, nunca consegue, não tem nenhum telefone pra gente atender que possa estar ligando para ir ao local – então a gente corta, geralmente, o fio e, até hoje, todos que eu atendi, de acidente desse tipo de fio caído na via pública, baixo, geralmente era de telefone (...).*

Diante do afirmado pelas testemunhas ouvidas em audiência, era caso da ré comprovar que o fio que ocasionou o acidente do autor não era de sua rede

de telefonia, pelo o que assegura o art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, ônus do qual, todavia, não se desincumbiu.

Em casos análogos, a jurisprudência desta corte já se manifestou no mesmo sentido:

*INDENIZAÇÃO Procedência parcial Autor, transeunte, foi atingido por um cabo aéreo de propriedade da ré (Telefônica), quando transitava de motocicleta - Lesões ocasionadas no corpo do autor em razão do incidente - Prova oral que confirmou que o fio causador do acidente era de propriedade da ré Demandada que não mostrou interesse em produzir prova em contrário Danos morais ocorrência - Fixação do quantum em 40 salários mínimos (tal qual postulado na inicial) que não se mostra excessiva Lucros cessantes Descabimento - Sentença reformada Recurso parcialmente provido (Apelação nº 0006489-92.2010.8.26.0296 - Birigüi - 8ª Câmara de Direito Privado – rel. Des. Salles Rossi – j.: 05/12/2012; DJe.: 07/12/2012) (realces não originais).*

*RESPONSABILIDADE CIVIL ACIDENTE DE TRÂNSITO - Cabo telefônico solto em meio à rua - Motociclista que nele se enrosca e sofre queda e lesões incapacitantes Responsabilidade da concessionária pela reparação dos danos materiais e morais. - Danos materiais, consistentes no pagamento de tratamento médico e lucros cessantes, comprovados. Perícia que constatou incapacidade laborativa decorrente das lesões sofridas pelo autor. - Dano moral configurado, resultante do sofrimento causado pela dor das lesões, como pela frustração decorrente da limitação funcional. Valor da compensação fixado em montante R\$15.000,00 - que atende às diretrizes de moderação, grau de culpa, nível socioeconômico da vítima, porte econômico do agente causador do dano e, em especial, as conseqüências para o lesado, que se prolongam no tempo. – [...]. 2. A existência de cabo solto na rua, considerando que a ré é fornecedora de serviços, assim qualificada por sua subsunção ao*



*conceito do art. 3º do CDC, configura inequívoco defeito na prestação do serviço, porque "não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar" (art. 14, § 1º). E o autor deve ser considerado consumidor por equiparação, nos termos do art. 17 do CDC. 3. Como se sabe, indenizar significa tornar indene o patrimônio de alguém e não é possível tornar indene parcialmente. É o que ocorreria se a apelante ficasse dispensada de arcar com os lucros cessantes que do fato advieram ao lesado. 4. [...]. 5. Positivado, à luz do quadro probatório, que o fio causador do acidente pertencia à concessionária requerida, tem-se que esta falhou em seu dever de manutenção da rede, havendo de responder pelas consequências. **Ré que, ademais, não se desincumbiu de comprovar fato de terceiro** (Apelação nº 9219539-97.2009.8.26.0000 - Lucélia - 26ª Câmara de Direito Privado – rel. Des. Reinaldo Caldas – j.: 24/10/2012; DJe.: 25/10/2012) (realces não originais).*

O argumento da ré de que não estaria configurado, no caso em exame, dano moral passível de ser indenizado tampouco se sustenta. Ocorre, além das inúmeras escoriações pelo corpo todo, o autor, ainda, de sobressalto, viu-se envolvido em acidente automobilístico que lhe proporcionou intenso susto que extrapola o mero dissabor cotidiano, a que todos estamos sujeitos.

Contudo, no caso dos autos, assiste razão à apelante tão somente no que tange à fixação da indenização por danos morais, que, de fato, comporta redução.

No que tange à mensuração do *quantum* a ser fixado a título de indenização por danos morais, deve-se ter em conta que esta deve ser estabelecida em importância que, dentro de um critério de proporcionalidade e razoabilidade, considere sua natureza punitiva bem como compensatória.

Isto é, a indenização deve ser arbitrada na medida suficiente para sancionar o ofensor, por meio da diminuição de seu patrimônio, ao passo que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

satisfaça a vítima de modo a atenuar o dano havido, sem que a reparação pecuniária seja fonte de enriquecimento e tampouco inexpressiva.

Levando-se em conta tais critérios, bem como a capacidade econômica das partes, tem-se que a verba indenizatória por dano moral arbitrada em R\$10.000,00, de fato, foi fixada em patamar um tanto excessivo e ***é de ser reduzida para R\$5.000,00***, por se mostra este valor mais razoável e proporcional às circunstâncias do caso concreto.

Por tais fundamentos, ***dá-se parcial provimento*** ao recurso.

**ANA LÚCIA ROMANHOLE MARTUCCI**  
**Relatora**